

PRÊMIO CNMP

2015

MINISTÉRIO PÚBLICO. UM PROJETO, MUITAS CONQUISTAS.

PROJETOS PREMIADOS



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

© 2015, Conselho Nacional do Ministério Público
Permitida a reprodução mediante citação da fonte
Tiragem: 1.000 exemplares

Conselho Nacional do Ministério Público

Prêmio CNMP – Catálogo dos projetos premiados / Conselho Nacional do Ministério
Público – Brasília: CNMP, 2015.
52p. il.

1. Prêmio CNMP. 2. Projetos. I. Brasil. Conselho Nacional do Ministério
Público.

Biblioteca/CNMP

CDU – 658

APRESENTAÇÃO

Com a preocupação de dar fiel e adequado cumprimento à sua missão constitucional e consolidar sua representatividade junto ao Ministério Público e à sociedade brasileira, o Conselho Nacional do Ministério Público, no ano de 2010, iniciou movimento na direção de uma gestão estratégica, elaborando o seu planejamento estratégico, com o horizonte de 2010 a 2017.

Partindo da constatação de que, além do controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, o Conselho Nacional do Ministério Público deve contribuir para a integração e o aperfeiçoamento institucional, o CNMP iniciou a construção de uma agenda estratégica nacional, em parceria com todos os ramos e unidades, buscando sempre o crescimento de todo o Ministério Público.

Conduzido pela Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP, após um processo de profundas e enriquecedoras reflexões, que contou com a participação de membros e servidores de todas as unidades do Ministério Público brasileiro, além de diversas autoridades e parceiros, foi elaborado o Planejamento Estratégico Nacional e seu primeiro mapa estratégico. Nele trazemos os objetivos e a estratégia de atuação para que transformemos em realidade nossa missão, *que é defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a concretização dos valores democráticos e da cidadania.*

Para tanto reafirmamos nossa visão de futuro, que é *ser uma instituição reconhecida como transformadora da realidade social e essencial à preservação da ordem jurídica e da democracia.*

Enumeramos nossos principais resultados institucionais nas diversas áreas de atuação e consignamos que nossa gestão estratégica será sempre orientada pela *unidade e eficiência da atuação institucional e operacional, pelo compromisso com a comunicação e com o relacionamento institucional, pela profissionalização da gestão e pelo aperfeiçoamento na tecnologia da informação.* Ressaltamos em nosso mapa, como principais retornos à sociedade, *a defesa dos direitos fundamentais, a transformação social, a indução de políticas públicas e a diminuição da criminalidade.*

Ao final dessa etapa de elaboração do Planejamento Estratégico Nacional, foi dado mais um relevante passo para uma atuação integrada, com a elaboração da Ação Nacional 2011-2017, a qual propõe ações para a execução de estratégias comuns, que unam o Ministério Público brasileiro.

O Banco Nacional de Projetos é ferramenta da Ação Nacional, responsável por coletar e disseminar os projetos bem-sucedidos no âmbito do Ministério Público brasileiro. Seu objetivo é possibilitar que cada unidade do Ministério Público, ao inscrever seus projetos, possa dar ampla publicidade às suas atividades de sucesso, as quais podem ser replicadas em todo o território nacional, havendo interesse. Além disso, o Banco Nacional de Projetos é importante fonte de memória de um trabalho amplo e eficaz realizado em todo o território nacional, estando disponível a todos no link <http://bancodeprojetos.cnmp.mp.br>.

Com a finalidade de compartilhar a execução do Planejamento Estratégico Nacional, também foram realizados eventos regionais da Ação Nacional, por meio dos quais foi possível dar ampla divulgação ao mapa estratégico nacional e conhecer os projetos e as estratégias que estavam sendo realizados nas unidades do Ministério Público.

Nesse contexto, foi aprovada a Resolução nº 94/2014, que institui o Prêmio CNMP, para possibilitar a premiação dos programas e dos projetos do Ministério Público brasileiro que mais se destacaram na concretização e no alinhamento do Planejamento Estratégico Nacional.

Concorreram ao Prêmio CNMP 396 projetos de sucesso, os quais merecem nossa homenagem e agradecimento, pois traduzem a missão, a visão e os objetivos estratégicos de todo o Ministério Público brasileiro. São o resultado de uma atuação proativa, efetiva e resolutiva de seus integrantes, que deve ser prestigiada. Dando publicidade aos projetos, divulgamos nossos objetivos institucionais, sempre levando em conta recursos, pessoas, processos e, em especial, a sociedade, que espera um Ministério Público autônomo e com uma atuação responsável e efetiva.

Os projetos premiados e detalhados na presente publicação são uma fotografia das ações que estão sendo realizadas em todo o País. Há ainda muito o que fazer e o sucesso dessas iniciativas certamente dependerá da participação, do envolvimento e da adesão das Administrações Superiores, dos membros e servidores, além das parcerias que serão construídas ao longo do caminho. Cada projeto traduz nossa crença na possibilidade de contribuir para o fortalecimento e o aperfeiçoamento institucionais, bem como o reconhecimento de que uma atuação integrada de todo o Ministério Público será mais efetiva. A caminhada rumo a uma atuação nacional integrada está apenas começando e contamos com todos para que o Ministério Público brasileiro possa efetivamente contribuir para as conquistas da sociedade brasileira.

SUMÁRIO

Categoria Defesa dos Direitos Fundamentais

12

1º lugar - Desmatamento Zero

Ministério Público do Estado de Minas Gerais

2º lugar - Ficaí on-line

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

3º lugar - Combate à venda e à entrega de bebida alcoólica a crianças e adolescentes do DF

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Categoria Transformação Social

16

1º lugar - Educando para recuperar

Ministério Público do Estado do Mato Grosso

2º lugar - Educar para incluir

Ministério Público do Estado do Pará

3º lugar - Lá em casa quem manda é o respeito

Ministério Público do Estado do Mato Grosso

Categoria Indução de Políticas Públicas

20

1º lugar - Resgatando a cidadania do lixo

Ministério Público do Estado de Goiás

2º lugar - Projeto piloto do Sistema Geográfico de Informações Fundiárias do nordeste paraense (SGIF)

Ministério Público do Estado do Pará

3º lugar - Programa Controle da Execução Penal

Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Categoria Diminuição da Criminalidade

24

1º lugar - Pacto dos municípios pela segurança pública
Ministério Público do Estado de Pernambuco

2º lugar - Projeto Gandhi: acolher para transformar
Ministério Público do Estado do Maranhão

3º lugar - Núcleo de Acompanhamento e Fiscalização da Execução de Penas e Medidas Alternativas
Ministério Público do Estado do Mato Grosso

Categoria Diminuição da Corrupção

28

1º lugar - MPGO no combate à corrupção
Ministério Público do Estado de Goiás

2º lugar - Transparência nas contas públicas
Ministério Público do Estado da Bahia

3º lugar - Programa Transparência e Cidadania
Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Categoria Unidade e Eficiência da Atuação Institucional e Operacional

32

1º lugar - Ferramenta da Inspeção de Inquéritos Policiais (Fipol)
Ministério Público Federal

2º lugar - Programa de Proteção ao Patrimônio Público (PPPP)
Ministério Público do Estado de Minas Gerais

3º lugar - Implantação do sistema de compras compartilhadas sustentáveis no MPF
Ministério Público Federal

Categoria Comunicação e Relacionamento

36

1º lugar - MPSC em Rede

Ministério Público do Estado de Santa Catarina

2º lugar - *Whatsapp* eleitoral da Procuradoria Regional Eleitoral em Roraima

Ministério Público Federal

3º lugar - Programa Conversa com o Ministério Público

Ministério Público do Estado da Bahia

Categoria Profissionalização da Gestão

40

1º lugar - Implantação de sistema de integração entre Ministérios Públicos para capacitação à distância

Ministério Público do Estado de Goiás

2º lugar - Governança no Ministério Público

Ministério Público do Estado de Santa Catarina

3º lugar - Acordo de resultados do MPMG

Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Categoria Tecnologia da Informação

44

1º lugar - Sistema Cidadão – Etapa 3

Ministério Público Federal

2º lugar - Implantação da videoconferência no MPRN

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

3º lugar - Programa de Modernização da Governança e da Gestão de TI

Ministério Público do Estado de Pernambuco

CATEGORIA

DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS



Desmatamento Zero

Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Gestores: Carlos Eduardo Ferreira Pinto – promotor de Justiça

Felipe Faria de Oliveira – promotor de Justiça



Introdução

O projeto Desmatamento Zero foi desenvolvido pelo MPMG com o principal objetivo de identificação e atuação nos casos mais críticos, no estado, de degradação do bioma Mata Atlântica, considerado patrimônio nacional, nos termos do art. 225, §4º, da Constituição Federal de 1988, tendo como escopo simultâneo, a regularização e a preservação dessas áreas, bem como a alteração da política de autorização indiscriminada de supressão vegetal e da não fiscalização de atividades irregulares, por parte do Poder Público estadual, de forma a retirar Minas Gerais da posição de campeão do desmatamento do bioma.

Resultados

Após o intenso trabalho realizado, atingiu-se a almejada redução do desmatamento, vindo o estado a deixar sua posição de detentor do maior índice de supressão de Mata Atlântica, no ano de 2015, conforme divulgação do atlas da Fundação SOS Mata Atlântica, em relação aos dados divulgados dos anos anteriores.

Contato

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (31) 3330-9904.

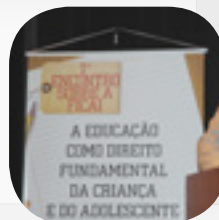
E-mail: nucam@mpmg.mp.br



Ficai on-line

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Gestora: Maria Regina Fay de Azambuja – procuradora de Justiça e coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões



Introdução

A Ficai (Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente) trata-se de Instrumento Interinstitucional de verificação e acompanhamento da infrequência escolar de crianças e adolescentes, da rede estadual e municipal de ensino. A ficha foi instituída em 1997¹, preenchida em papel. Em 29/8/2011, os termos da Ficai foram revisados e, em 14/8/2012², a ficha foi informatizada. A Ficai on-line permite conhecer, em tempo real, a série, os motivos e a idade de maior infrequência dos alunos da rede estadual e municipal de ensino do estado do Rio Grande do Sul, prevendo uma repartição de atribuições entre a escola, o Conselho Tutelar e o Ministério Público, atuando de forma sucessiva e articulada, com rede de apoio à escola, combinando esforços para a permanência do aluno, evitando sua exclusão do direito à educação.

Resultados

De 1º/1/2015 a 5/10/2015:

Número de Ficais abertas: 35.171.

Número de alunos que retornaram por ação da escola: 2.752.

Número de alunos que retornaram por ação do Conselho Tutelar: 2.898.

Número de Ficais encaminhadas ao Ministério Público: 5.495.

Número de Ficais fechadas pelo Ministério Público: 4.096.

Contato

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (51) 3295-1201.

E-mail: caoinfancia@mp.rs.gov.br

¹ Termo de Compromisso de Ajustamento, em 1997, entre a Coordenadoria das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, Secretarias Estadual e Municipal de Educação e Conselhos Tutelares.

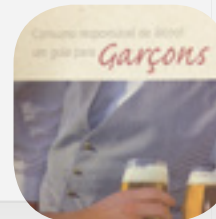
² Convênio de Informatização entre o Ministério Público e a Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre – Procempa.



Combate à venda e à entrega de bebida alcoólica a crianças e adolescentes do Distrito Federal

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Gestor: Renato Barão Varada – promotor de Justiça



Introdução

Foi sancionada a Lei Federal nº 13.106/15, que criminaliza a venda de bebida alcoólica para crianças e adolescentes. De acordo com o texto, é proibido vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar a menores bebida alcoólica ou outros produtos que possam causar dependência. O projeto pretende que o MP firme Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) com os proprietários dos estabelecimentos comerciais do DF que forem citados em ocorrências policiais registradas pela população, com missão pedagógica (esclarecimento de que a venda é crime, sujeita às sanções penais) e punitiva (multa de R\$ 3 mil por infração cometida). O projeto visa também notificar fabricantes, distribuidores e entidades de classe, cujos associados estejam envolvidos direta ou indiretamente com a venda ou entrega de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes, com o objetivo de celebrar termos de cooperação, para a realização de campanhas de esclarecimento à população sobre os malefícios do álcool para crianças e adolescentes e sua proibição legal.

Resultados

Desde 2009, a Promotoria já firmou 235 TACs com donos de bares e restaurantes de todo o DF e também celebrou termos de cooperação com as empresas Cervejarias Kaiser Brasil S/A; Primo Schincariol Indústria de Cervejas e Refrigerantes S/A; Walmart Brasil Ltda e com a Companhia de Bebidas das Américas (AmBev).

Contato

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (61) 9982-3035.

E-mails: rbvaralda@gmail.com ou renatov@mpdft.mp.br

CATEGORIA

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

1º

Educando para recuperar

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Gestor: Márcio Florestan Berestinas – promotor de Justiça



Introdução

Desenvolvido pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, em parceria com o Poder Judiciário, com o Conselho da Comunidade e com a Direção da Cadeia Pública de Alto Araguaia, o projeto Educando para Recuperar proporciona aos apenados (em recuperação) e aos presos provisórios do município de Alto Araguaia, distante 410 km de Cuiabá, o exercício de atividade laboral e a prestação de assistência educacional, contribuindo para a ressocialização e diminuição da reincidência. O projeto é viabilizado por meio da utilização de recursos de transações penais, doação de madeiras e multas previstas em Termos de Ajustamento de Conduta.

Resultados

Entre os resultados alcançados estão:

- I) A construção de duas salas climatizadas, onde são ministradas aulas de música e de Ensinos Fundamental e Médio;
- II) A instalação de unidade têxtil, onde são produzidos uniformes escolares e lençóis para o hospital da cidade;
- III) A instalação de um setor de produção de tijolos ecológicos e bloquetes, que são utilizados na construção de calçadas.

Contato

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (66) 9907-6172.

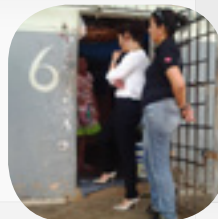
E-mail: marcio.berestinas@mpmt.mp.br



Educar para incluir

Ministério Público do Estado do Pará

Gestora: Daniella Maria dos Santos Dias – promotora de Justiça



Introdução

O projeto atua junto aos órgãos competentes, com o objetivo de contribuir para a ampliação da oferta de cursos profissionalizantes e de alfabetização e/ou educação fundamental, a serem ministrados nas instalações do Centro de Recuperação Regional Agrícola Mariano Antunes, na cidade de Marabá/PA, atendendo às mulheres apenadas, durante o cumprimento de suas penas, proporcionando a ressocialização e facilitando a inserção no mercado de trabalho. O projeto, iniciado em fevereiro de 2014, teve como base a aplicação de um questionário que resultou em um diagnóstico sobre a questão social das apenadas. Conta, ainda, com o envolvimento de diversos órgãos ligados ao sistema prisional e à educação.

Resultados

Entre os resultados, destaca-se a implantação, em 2015, de novas turmas de EJA voltadas para os circuitos rotativos prisionais, com metodologia e duração diferenciadas, aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação do Pará, bem como a conscientização das apenadas da necessidade da educação, com o aumento proporcional da demanda.

Contato

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (94) 3324-2609/ 2865.

E-mails: mpmaraba@mppa.mp.br ou daniella@mppa.mp.br



Lá em casa quem manda é o respeito

Ministério Público do Estado do Mato Grosso

Gestora: Lindinalva Correia Rodrigues – promotora de Justiça



Introdução

O projeto surgiu da necessidade de se criar um espaço de fala para os homens no âmbito da violência doméstica, para que eles pudessem ouvir a si mesmos e compartilhar suas histórias de vida e angústias, por meio de rodas de conversa mediadas por psicólogos e assistentes sociais no interior do Centro de Ressocialização de Cuiabá. O objetivo é propiciar aos agressores autoconhecimento e reflexão sobre os atos violentos presenciados na infância e repetidos na vida adulta, de modo que eles deixem de culpar terceiros e, sobretudo, as vítimas por suas ações agressivas e assumam suas responsabilidades, se conscientizando das mazelas da violência doméstica para a família inteira, inclusive para eles próprios.

Resultados

De 2011 a 2015 o projeto atendeu mais de dois mil homens, ajudando a diminuir a reincidência em menos de 6%.

Contato

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (65) 3611-0647.

E-mail: lindinalva.costa@mpmt.mp.br

CATEGORIA

INDUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

1º

Resgatando a cidadania do lixo

Ministério Público do Estado de Goiás

Gestora: Sandra Mara Garbelini – promotora de Justiça



Introdução

Criado em abril de 2013, a partir da formação de um Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de desenvolver uma ação focada na construção coletiva e em parcerias, o projeto visou à retirada pacífica de todos os catadores de recicláveis do interior do Aterro Sanitário de Anápolis, com sua inclusão nas políticas públicas municipais, além da ampliação da coleta seletiva no município, dando cumprimento ao previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Resultados

Resultados positivos já foram identificados, como a retirada pacífica do aterro de, aproximadamente, 180 catadores, em agosto de 2014, a criação de uma cooperativa (CooperCan) e a inclusão dessa população nas políticas públicas de assistência social, saúde, educação e habitação. A edição da Lei Municipal nº 3.378/2014, que criou o programa de coleta seletiva em Anápolis, também foi um grande resultado, bem como a ampliação, em 2015, da coleta seletiva no município de 48 para 190 bairros.

Contato

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (62) 3329-5826 ou (62) 3243-8800.

E-mail: sandra.mara@mpgo.mp.br



Projeto piloto do Sistema Geográfico de Informações Fundiárias do nordeste paraense (SGIF)

Ministério Público do Estado do Pará

Gestora: Fábila de Melo-Fournier – promotora de Justiça



Introdução

O projeto consiste na construção de um sistema informatizado capaz de integrar informações fundiárias, agrárias e ambientais, oriundas de diversas entidades públicas, associadas em um banco de dados único. O objetivo é contribuir para a gestão territorial, de modo a evitar informações fundiárias discrepantes e solucionar/mitigar os conflitos rurais. O SGIF é de iniciativa do Ministério Público do Pará, no âmbito do seu Plano Estratégico de Atuação em Questões Agrárias e Fundiárias e desenvolvido em parceria com o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) e Universidade Federal do Pará (UFPA), com apoio financeiro da Fundação Ford.

Resultados

A criação do sistema, que se encontra em fase de revisão de informações, permitiu a integração de dados fundiários e ambientais de seis municípios (Moju, Tailândia, Acará, Concórdia do Pará, Mocajuba, Tomé-Açu) do Pará e, ainda, o mapeamento dos processos de aforamento, posse e propriedade das terras ocupadas pelo Projeto Jari, no estado do Pará.

Contato

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (91) 4006-3504/3605.

E-mail: caocivel@mppa.mp.br



Programa Controle da Execução Penal

Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Gestor: Jádél da Silva Júnior – promotor de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal



Introdução

O programa visa a detectar situações de risco e adotar medidas para o efetivo cumprimento de penas, inclusive alternativas, além de combater, no sistema carcerário, atividades de organizações criminosas e corrupção de agentes públicos. Para isso, o MPSC participa da estruturação das Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs), com doação de móveis, computadores e nove veículos; criou o Grupo Estadual de Execuções Penais (GEEP) e direciona Relatórios de Inteligência da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania para prevenir ações do crime organizado dentro e fora dos presídios.

Resultados

No âmbito das CPMAs, os resultados são: índice de 2,96% de reincidência (média entre 2010 e 2014) e de 88,5% de cumprimento das sanções (média entre janeiro e agosto de 2015). De 242 instituições parceiras (em outubro de 2012), saltou para 1.507 (em agosto de 2015). Ademais, 330 apenados realizaram cursos profissionalizantes. O GEEP também avançou na fiscalização dos fundos rotativos e na questão da remição da pena pela leitura, bem como na aquisição da calculadora eletrônica de penas.

Contato

Para mais informações ou dúvidas sobre o programa: (48) 3330-9500.

E-mail: ccr@mpsc.mp.br

CATEGORIA

DIMINUIÇÃO DA CRIMINALIDADE



Pacto dos municípios pela segurança pública

Ministério Público do Estado de Pernambuco

Gestores: Paulo Augusto de Freitas Oliveira – promotor de Justiça
Aginaldo Fenelon de Barros – promotor de Justiça



Introdução

O projeto propõe uma nova forma de atuação do Ministério Público em sua atividade extrajudicial, com medidas voltadas à diminuição da violência/criminalidade e ao ordenamento urbano, por parte do município, por meio de firmamento de Termo de Cooperação e Compromisso (MPPE e municípios). Ao final do ciclo de implementação das medidas, o município que cumprir as metas pactuadas é certificado pelo MPPE com o título “Município Compromissado com a Segurança Pública”.

Resultados

Nos 64 municípios que aderiram ao projeto, já se observa a transformação da realidade social, com resultados concretos, como:

- I) Implementação do Perímetro de Segurança Escolar;
- II) Controle na concessão e suspensão de alvarás para bares, restaurantes e similares;
- III) Ampliação do sistema de câmeras e videomonitoramento em locais de grande fluxo;
- IV) Criação de comissões de controle de conflitos nas escolas;
- V) Melhoria da iluminação pública;
- VI) Ações nos grandes eventos;
- VII) Ampliação do diálogo entre a sociedade e os órgãos de segurança pública.

Contato

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (81) 99126-1727.

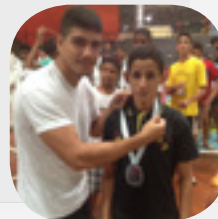
E-mail: paulo@mppe.mp.br

2º

Projeto Gandhi: acolher para transformar

Ministério Público do Estado do Maranhão

Gestor: Marco Antonio Santos Amorim – promotor de Justiça



Introdução

O projeto tem o objetivo de trabalhar com o adolescente em conflito com a lei, a fim de evitar que ele volte a delinquir. Surgiu após a constatação de que os processos judiciais têm longa duração, levando muitas vezes à extinção da pretensão socioeducativa. Ademais, logo após serem apreendidos e soltos, tais jovens retornavam para as mesmas condições de antes. A maioria era oriunda da rede pública de ensino ou encontrava-se fora da escola (99,4%) e apresentava desestrutura familiar com pais omissos/ausentes ou com o uso de álcool e substâncias entorpecentes. O acolhimento do jovem se dá de modo especial, com estudo de caso realizado por assistente social, curso sobre leitura e desenvolvimento pessoal, encaminhamento à prática desportiva e cursos profissionalizantes, além de inserção no mercado de trabalho. Caso apresente dependência química, é encaminhado para tratamento.

Resultados

Do total de adolescentes atendidos, somente 11% voltou a praticar atos infracionais. Dos adolescentes que foram acompanhados, a maioria conseguiu melhora significativa no seio familiar e escolar. Alguns se encontram na prática desportiva, outros ingressaram no mercado de trabalho via empresas parceiras ou por meio de cursos profissionalizantes ofertados pelo Senac/Senai.

Contato

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (98) 99131-1345.

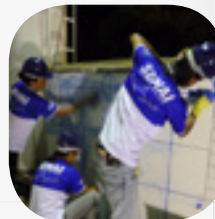
E-mail: mamorim@mpma.mp.br



Núcleo de acompanhamento de penas e medidas alternativas

Ministério Público do Estado do Mato Grosso

Gestor: Gustavo Dantas Ferraz – promotor de Justiça



Introdução

São duas centrais sediadas nas Promotorias de Rondonópolis e Cuiabá, com atribuição na execução penal, psicólogos e assistentes sociais, com a cooperação de entidades parceiras (como Senai e Caps). O projeto surgiu em face de detectar-se a ineficiência da execução penal, pois os casos com penas mais leves em grande parte prescreviam, além de não se alcançar a almejada ressocialização do apenado. Foi custeado por convênio do Ministério da Justiça com o Ministério Público do Mato Grosso. O objetivo foi garantir efetividade das decisões condenatórias penais e reintegração social dos apenados.

Resultados

Os principais resultados medidos em relação aos 509 (quinhentos e nove) beneficiários atendidos pelas Centrais dos Municípios de Cuiabá e Rondonópolis são:

- I) Inserção dos beneficiários no mercado de trabalho, inclusão e/ou conclusão nos cursos profissionalizantes;
- II) Incentivo ao início de tratamento da dependência química;
- III) Orientação sobre os direitos jurídicos e sociais;
- IV) Encaminhamentos e acolhimentos à rede de saúde pública, Capes, Cras, programas de habitação popular, centro de referência especializada para população em situação de rua, retorno ao seio familiar;
- V) Baixo índice de prescrição dos processos das penas e reincidência.

Contato

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (65) 9964-5296.

E-mail: gustavo.ferraz@mpmt.mp.br

CATEGORIA

DIMINUIÇÃO DA CORRUPÇÃO

1º

MPGO no combate à corrupção

Ministério Público do Estado de Goiás

Gestor: Bernardo Boclin Borges – promotor de Justiça



Introdução

O projeto busca intensificar a atuação no combate à corrupção, por meio de ações preventivas e repressivas, com enfoque na fiscalização da aplicação de verbas públicas e no controle da qualidade e eficiência dos serviços públicos. Surgiu com o propósito de internalizar como prioridade institucional as mais prementes aspirações sociais, expressas nas manifestações de rua, levando em conta, também, a análise de demandas registradas no sistema interno do MPGO. O projeto tem como objetivo a criação de estruturas de apoio e o desenvolvimento de atividades para melhorar o desempenho do promotor de justiça no combate à corrupção.

Resultados

Entre os principais resultados alcançados estão:

- I) Adequação da Assessoria Jurídica Especial e criação do Cartório do Patrimônio Público, com objetivo de agilizar o andamento dos procedimentos;
- II) Orientação e suporte técnico oferecidos em workshops regionais e seminários;
- III) Reforço na atuação preventiva, além da aproximação com a sociedade, por meio da criação de grupos de trabalho.

Contato

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (62) 3243-8381.

E-mail: ggi@mpgo.mp.br



Transparência nas contas públicas

Ministério Público do Estado da Bahia

Gestor: Adriano Marcus Brito de Assis – promotor de Justiça



Introdução

Surgido em 2012, dentro do objetivo estratégico institucional “Promover a probidade na gestão pública”, do Plano Estratégico 2011-2023, o projeto visa a implantar e aperfeiçoar os portais de transparência dos Poderes Executivo e Legislativo dos municípios baianos, criando mecanismos de controle e transparência dos negócios públicos, fomentando a cultura da participação social na gestão pública. Ademais, articula o Ministério Público do Estado da Bahia com a sociedade civil e os setores produtivos na prevenção e enfrentamento à corrupção.

Resultados

O projeto já tem adesão de 69 Promotorias de Justiça, abrange 98 municípios baianos e engloba 25 das 29 Promotorias de Justiça Regionais baianas. De 2013 a 2014, 65% dos portais das prefeituras avaliados tiveram um incremento na sua nota. A nota média atribuída ao grau de transparência praticamente dobrou entre 2012/2013, de 2,14 para 4,15, enquanto, em 2014, 50% dos avaliados atingiram notas acima de 5,5.

Contato

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (71) 3103-6823.

E-mail: adriano@mpba.mp.br

Endereço eletrônico: www.combateacorrupcao.mpba.mp.br



Programa Transparência e Cidadania

Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Gestor: Samuel Dal-Farra Napolini – promotor de Justiça
e coordenador do Centro de Apoio Operacional
da Moralidade Administrativa



Introdução

O programa Transparência e Cidadania visa a promover a adequação dos municípios catarinenses à Lei de Acesso à Informação, mediante avaliação periódica de seus portais na internet, remetida na sequência ao promotor local. Portais adequados significam sociedade melhor informada e mais consciente; e o controle social inibe e desestimula atos de corrupção.

Resultados

O programa avaliou os portais de todas as 295 Prefeituras e Câmaras do Estado, submetidas, ainda, a 246 reavaliações. Até o presente momento, foram celebrados 80 Termos de Ajuste de Conduta (TACs) e ajuizadas 16 ações, porém a maioria dos municípios promoveu diretamente a adequação de seus sites, sob instigação do MP. Parceiras do programa, as associações municipais contribuíram na formatação do modelo de TAC, o que contribuiu para legitimidade da iniciativa. Recentemente, o pequeno município de Apiúna (9.500 habitantes) recebeu o Prêmio Nacional de Transparência da CGU.

Contato

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (48) 3330-9437.

E-mail: cmam@mpsc.mp.br

CATEGORIA

UNIDADE E EFICIÊNCIA
DA ATUAÇÃO
INSTITUCIONAL
E OPERACIONAL

1º

Ferramenta de Inspeção de Inquéritos Policiais (Fipol)

Ministério Público Federal

Gestores: Marcelo Godoy – procurador da República
Daniel Ricken – procurador da República
Mauricio Eing – assessor do MPF



Introdução

A Ferramenta de Inspeção de Inquérito Policial (Fipol) busca fornecer ao controle externo da atividade policial, nas modalidades difusa e concentrada, um mecanismo e uma metodologia eficiente de inspeção e análise individual e global dos Inquéritos Policiais (IPLs). A ferramenta conjuga os dados temporais dos IPLs, como a data de entrada da notícia-crime na Polícia, o dia da instauração do inquérito policial, os intervalos das prorrogações até a conclusão da investigação, com as provas produzidas pela atividade policial e aquelas oriundas dos diversos órgãos da administração pública.

Resultados

Diagnóstico completo da investigação documentada no Inquérito Policial, em que os dados permitem a análise dos períodos em que o inquérito permaneceu sem impulso e o tempo médio para a realização de determinadas diligências.

Relatórios de IPLs concluídos ou não, permitindo uma análise da efetividade da investigação, fornecendo indicação da destinação dada ao inquérito (denunciado, declinado, arquivado ou enviado para diligências complementares) e o tempo necessário para se alcançar o resultado.

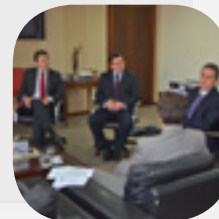
Contato

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (61) 3105-8175.

E-mail: fipol@mpf.mp.br

Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Gestores: José Carlos Fernandes Junior – promotor de Justiça
Fernanda Caram Monteiro – promotora de Justiça
Tatiana Pereira – promotora de Justiça

**Introdução**

Concebido com base na constatação de que, em junho de 2013, ainda tramitavam no MPMG 5.229 inquéritos civis relativos à defesa do patrimônio público e instaurados até 31 de dezembro de 2008 (alguns iniciados nos anos de 1993/1994), o programa, deflagrado em janeiro de 2014, visa a propiciar a agilização, padronização e otimização na condução destes feitos. Mais do que isso, disponibilizando suporte aos órgãos de execução até a conclusão das investigações. Pretende-se, também, responder às críticas dirigidas ao Ministério Público, embasadas na alegação de morosidade na condução de inquéritos civis referentes à defesa do patrimônio público.

Resultados

Entre 7 de janeiro de 2014 e 7 de outubro de 2015, 109 (cento e nove) Promotorias de Justiça de todo o Estado de Minas Gerais foram atendidas pelo programa, sendo executadas 2.133 movimentações de inquéritos civis. Dos 4.704 inquéritos civis em tramitação no início do programa, no dia 7 de outubro de 2015 havia 1.851, ou seja, uma redução de 60% em apenas 21 meses.

Contato

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (31) 3330-8101/8272 ou 8097.

E-mails: jjunior@mpmg.mp.br, tatianapereira@mpmg.mp.br e fernandacaram@mpmg.mp.br



Implantação do sistema de compras compartilhadas sustentáveis no MPF

Ministério Público Federal

Gestor: Lúcio Mário Mendonça de Góis – secretário de Administração em Exercício



Introdução

Implantação de modelo de compras compartilhadas sustentáveis, visando a estimular padrões de consumo que incluam critérios ambientais, sociais e econômicos nas contratações, na forma da legislação vigente, além de privilegiar o planejamento das licitações, com foco na convergência institucional, padronização, construção coletiva, otimização dos recursos humanos e gestão do conhecimento. Para tanto, foi criado grupo técnico para atuar junto à estrutura de governança, cujos titulares são os secretários das unidades do MPF, e uma coordenadoria responsável pela condução e coordenação dos trabalhos na estrutura da Secretaria de Administração.

Resultados

Em sete licitações, houve economia média de 22,97% com relação à estimativa de preços e economia processual estimada em R\$ 2.634.045,00 (dois milhões, seiscentos e trinta e quatro mil e quarenta e cinco reais), além de outros benefícios intangíveis decorrentes da adoção de critérios de sustentabilidade e da maior integração alcançada entre o órgão gerenciador e os participantes.

Contato

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (61) 3105-7067.

E-mail: pgr-asscone-sa@mpf.mp.br

CATEGORIA

COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO



MPSC em Rede

Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Gestor: Carlos Rocha dos Santos - coordenador de Comunicação Social



Introdução

A web fornece poderosas ferramentas para promover transparência e facilidade de comunicação. Uma pesquisa de opinião feita em Santa Catarina trouxe como resultado, o fato que a população pouco conhece o MPSC e sua atuação na sociedade. O projeto “MPSC em Rede” tem como objetivo principal, por meio de um planejamento de comunicação estratégico e plano de ação tático, utilizar a internet e as redes sociais para tornar o Ministério Público mais conhecido.

Resultados

Diversos resultados já foram colhidos, com destaque para a implantação do serviço de atendimento ao cidadão pelas redes sociais e um novo portal na internet, focado na experiência e nas necessidades do cidadão que busca entender e acessar o Ministério Público. Com linguagem mais didática e páginas acessíveis, o portal funciona em todas as telas (desktop, celulares e tablets).

Contato

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (48) 3229-9010.

E-mail: midia@mpsc.mp.br



Whatsapp Eleitoral da Procuradoria Regional Eleitoral em Roraima

Ministério Público Federal – Procuradoria Regional Eleitoral em Roraima em 2014

Gestor: Igor Miranda da Silva – procurador da República



Introdução

Durante as eleições gerais de 2014, a PRE/RR, atenta ao crescimento das redes sociais e dispositivos de smartphones, estabeleceu o projeto *Whatsapp Eleitoral* (Portaria PRE/RR nº 03, de 24 de junho de 2014). Tal iniciativa oportunizou a rápida comunicação de ilícitos eleitorais, por aplicativo extremamente utilizado para transferência de mensagens, com amplo apoio da sociedade como ativo fiscal do pleito de 2014. Como o aplicativo ainda permite o envio de imagens e áudios, tal ferramenta foi usada estrategicamente pela PRE/RR, o que agilizou a fiscalização e aproximou o Ministério Público Federal do cidadão roraimense, transparecendo uma visão jovial, atuante e em sincronia com os anseios da sociedade.

Resultados

Aproximadamente 135 irregularidades recebidas foram convertidas em Procedimento Preparatório Eleitoral (PPE) para apurar, principalmente, compra de voto, uso de servidor público e bens da administração pública e propaganda eleitoral irregular. Outras sete comunicações sobre corrupção eleitoral viraram Procedimento Investigatório Criminal (PIC).

Contato

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (66) 9202-8143.

E-mail: igordasilva@mpf.mp.br



Programa Conversa com o Ministério Público

Ministério Público do Estado da Bahia

Gestor: Márcio José Cordeiro Fahel – procurador-geral de Justiça



conversa com o
Ministério Público

Introdução

O programa surgiu da necessidade de criar espaços institucionais mais próximos da sociedade, como forma de fortalecer a imagem do Ministério Público e garantir o monitoramento da eficácia e efetividade da sua atuação finalística. O programa visa a aproximar o MPBA das comunidades no interior do estado, por meio da realização de reuniões públicas com o procurador-geral de Justiça para ouvir as demandas da população.

Resultados

Foram realizadas 15 reuniões em municípios sedes de regionais, com abrangência de 152 cidades e participação de aproximadamente 1.890 pessoas. Os encontros permitem conhecer as principais demandas sociais de cada região e fomentar o aperfeiçoamento da atuação funcional.

Contato

Para mais informações e contato: (71) 3103-0449.

E-mail: imprensa@mpba.mp.br

CATEGORIA

PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO



Implantação de sistema de integração entre Ministérios Públicos para capacitação a distância

Ministério Público do Estado de Goiás

Gestor: Rodrigo da Silva Leão – coordenador de EAD



Introdução

O projeto tem como princípio fundamental a capacitação e o aperfeiçoamento funcional dos integrantes de todos os Ministérios Públicos do país, de forma individual e integrada, por meio da modalidade de Educação a Distância (EAD). A ideia surgiu da constatação de que menos da metade dos Ministérios Públicos do Brasil possuem plataforma de Educação a Distância, e da necessidade de capacitar servidores e membros do Ministério Público brasileiro que prestam serviço nas promotorias localizadas em cidades do interior, pois os cursos e eventos presenciais, na maioria das vezes, realizam-se nas capitais.

Resultados

Essa integração resulta na união entre os Ministérios Públicos em prol do processo de criação de cursos, com temas coincidentes e troca de experiências, o que gera economia, devido à redução dos custos, e um nível de excelência maior para o conteúdo programático das capacitações.

Contato

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (62) 9148-6160 ou (62) 3243-8628.

E-mail: rodrigo.leao@mpgo.mp.br



Governança no Ministério Público

Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Gestor: Adatao Viccari Junior - coordenador da Coordenadoria-Geral Administrativa



Introdução

Compreende um conjunto de procedimentos e práticas governamentais demonstráveis através de *Deskboards* (BI) que visam demonstrar a consecução de metas institucionais e apoio a inteligência das diversas estruturas operacionais do Ministério Público, e adquire relevância, incluindo aspectos sociais como o formato institucional do processo decisório, e na formulação de políticas ou ainda a para a participação dos setores interessados ou de distintas esferas de poder. Tem por objetivo gerar uma base de conhecimento para o processo de decisão e incentivar a atuação preventiva ou proativa do promotor de Justiça. Surgiu durante a terceira rodada de Planejamento Estratégico de 2012 a 2022 no MPSC.

Resultados

Diversos resultados já foram colhidos, sendo sua implementação consolidada em todas as estruturas administrativas, Centros de Apoio Operacional, e Promotorias de Justiça. As principais evidências da eficácia do programa, estão na gestão de custo, avaliação efetiva das ações estruturantes do planejamento estratégico, e junto com os parceiros estratégicos, sendo o foco inicial nas área de segurança pública, meio ambiente e ordem tributária, com retorno direto no social.

Contato

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (48) 3229-92234.

E-mail: coger@mpsc.mp.br



Acordo de Resultados do MPMG

Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Gestores: Mauro Flávio Ferreira Brandão – procurador de Justiça

Jairo Cruz Moreira – promotor de Justiça



Introdução

Concluído o Plano Estratégico 2010-2023 e estabelecido o Modelo de Gestão do MPMG, restou garantir a coerência e a convergência dos planos, programas e projetos, obtidos com a participação de membros e servidores, com os interesses sociais e com a estratégia definida. Nesse sentido, o Acordo de Resultados surge como um integrador entre pessoas, estruturas e estratégia ao apontar com clareza o papel e a contribuição das unidades administrativas na consolidação da estratégia do MPMG, além de conduzir a uma modernização dos serviços e implantação da gestão de recursos humanos focada na qualificação do servidor e visibilidade de resultados.

Resultados

Mudança da cultura organizacional na área meio, onde vem se consolidando o trabalho orientado por projetos, com utilização de equipes multidisciplinares nem sempre atreladas à estrutura orgânica da PGJ-MG. Acompanhamento sistemático da execução dos projetos, que permitiu incremento nos índices de conclusão de projetos.

Evolução da relação Orçamento X Projetos:

- 1º momento – não estavam alinhados;
- 2º momento – Projetos priorizados em face do Orçamento previamente aprovado;
- 3º momento – Proposta Orçamentária elaborada com base na priorização dos projetos.

Contato

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (31) 3330-8132.

E-mail: jairo@mpmg.mp.br

CATEGORIA

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Sistema Cidadão – Etapa 3

Ministério Público Federal

Gestores: Julieta Elizabeth Fajardo Cavalcanti de Albuquerque – ouvidora-geral
Gustavo Ferreira Souza – secretário Jurídico e de Documentação Adjunto
Leonardo Schwindt – analista de TI e gerente do projeto
Jairo Antônio Gomes da Silva – analista de TI e gerente substituto
Thiago Coelho Vieira – analista de TI
Aroldo Rique Júnior – técnico de Informática
Estevão Helou Amorese – técnico de Informática
Patrícia Amâncio do Prado Silva – técnica de Informática
Dinaldo Rodrigues Trindade Júnior – técnico de Informática
Álvaro Alves Bezerra Filho – analista de Direito
Mateus Salomão Leal – secretário Executivo da Ouvidoria
Rita de Cássia Bezerra de Menezes – técnica de Informática da Ouvidoria
Felipe Marques Neves de Sá – técnico de Administração da Ouvidoria



Introdução

O Sistema Cidadão atende todas as salas de atendimento ao cidadão e ouvidoria do MPF. Desde a primeira versão, em 2012, foi adotada uma sistemática padronizada em todo o Brasil, possibilitando desburocratizar e agilizar o processo de registro de manifestações. Destaca-se que o projeto da Etapa 3 disponibilizou 38 novas funcionalidades. O aplicativo se tornou responsivo, permitindo ao cidadão acessá-lo via aplicativos móveis sem perda de qualidade, anexar fotos e vídeos, além de identificar a geolocalização da manifestação. As telas disponíveis aos cidadãos estão 100% acessíveis para as pessoas com deficiência visual. Por fim, foi criado um cadastro de usuários permitindo maior agilidade no registro e acompanhamento das manifestações.

Resultados

O sistema possui mais de 158 mil manifestações. Após a entrega das novas funcionalidades, em três meses, 7.825 cidadãos se cadastraram e aproximadamente 18% das manifestações foram feitas em aplicativos móveis.

Contato

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (61) 3313-5615.

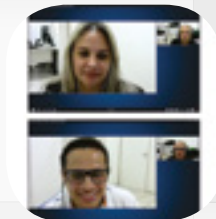
E-mail: pdf-ctidesenv@mpf.mp.br



Implantação da videoconferência no MPRN

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Gestor: Rodolpho Gustavo Ramos – assessor técnico
de Inovações Tecnológicas



Introdução

Após diagnóstico de que era possível a otimização da comunicação entre os integrantes do MPRN, a implantação do projeto de videoconferência trouxe novo canal de interação, de forma prática e revolucionária. Com dinamicidade e instantaneidade, em pouco tempo a ferramenta já faz parte das rotinas administrativas e de atividade-fim, proporcionando velocidade de decisão e ganhos institucionais até maiores do que os inicialmente previstos.

Resultados

Alinhada às soluções tecnológicas de primeiro mundo, o sistema de videoconferência do MPRN já propiciou o incremento de diversos ganhos institucionais, desde a redução de gastos com deslocamentos, diárias, capacitação semipresencial, interação entre membros e servidores, entrevistas coletivas entre a capital e municípios do interior, até os atos funcionais, como cartas precatórias, oitivas, atividades correccionais e reuniões em geral.

Contato

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (84) 3232-7277.

E-mail: rodolpho.ramos@mprn.mp.br



Programa de Modernização da Governança e da Gestão de TI

Ministério Público do Estado de Pernambuco

Gestor: Evisson Fernandes de Lucena – coordenador da CMTI



Introdução

Diante da importância da tecnologia da informação para o cumprimento da missão e estratégia institucional, o MPPE estabeleceu em seu portfólio corporativo o Programa de Modernização, como um desdobramento da Gestão Estratégica Institucional. O Programa tem como objetivo fornecer à alta gestão instrumentos de governança para avaliar, dirigir e monitorar o uso da TI, com a implantação de um Modelo Integrado de Governança e Gestão de TI, mantendo os riscos em níveis aceitáveis e os recursos otimizados.

Resultados

Garantia que as ações e iniciativas de TI contribuam para o cumprimento da missão estratégica;
Alinhamento das práticas de governança, de gestão e de uso de TI com os normativos regulatórios e legais internos e externos;
Garantia de transparência e controle das ações de governança, gestão e uso da TI;
Aumento da efetividade da gestão de TI, otimizando os processos e recursos utilizados;
Gerenciamento do risco de TI.

Contato

Para mais informações ou dúvidas sobre o projeto: (81) 3182-7331.

E-mail: evissonl@mppe.mp.br

COMPOSIÇÃO DO CNMP

Rodrigo Janot Monteiro de Barros (Presidente)
Cláudio Henrique Portela do Rego (Corregedor Nacional)
Antônio Pereira Duarte
Marcelo Ferra de Carvalho
Esdras Dantas de Souza
Walter de Agra Júnior
Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Fábio George Cruz da Nóbrega
Gustavo do Vale Rocha
Otavio Brito Lopes
Fábio Bastos Stica
Orlando Rochadel Moreira
Sérgio Ricardo de Souza

SECRETARIA-GERAL

Blal Yassine Dalloul
Wilson Rocha de Almeida Neto (Adjunto)

CONSELHO GESTOR DO PRÊMIO CNMP

Cláudio Henrique Portela do Rego	Fábio George Cruz da Nóbrega
Antônio Pereira Duarte	Gustavo do Vale Rocha
Marcelo Ferra de Carvalho	Otavio Brito Lopes
Esdras Dantas de Souza	Fábio Bastos Stica
Walter de Agra Júnior	Orlando Rochadel Moreira
Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho	Sérgio Ricardo de Souza

COMISSÃO JULGADORA

Rodrigo Janot Monteiro de Barros (CNMP)
Cláudio Henrique Portela do Rego (CNMP)
Antônio Pereira Duarte (CNMP)
Marcelo Ferra de Carvalho (CNMP)
Esdras Dantas de Souza (CNMP)
Walter de Agra Júnior (CNMP)
Leonardo Henrique de C. Carvalho (CNMP)
Fábio George Cruz da Nóbrega (CNMP)
Gustavo do Vale Rocha (CNMP)
Otávio Brito Lopes (CNMP)
Fábio Bastos Stica (CNMP)
Orlando Rochadel Moreira (CNMP)
Sérgio Ricardo de Souza (CNMP)
Victor Hugo Palmeiro de A. Neto (CONAMP)
José Robalinho Cavalcanti (ANPR)

Carlos Eduardo de Azevedo Lima (ANPT)
Jorge Luiz Dodaro (ANPM)
Elísio Teixeira Lima Neto (AMPDFT)
Eduardo Diniz Neto (CDEMP)
Maurício Corrêa de Mello (CDESMPU)
Joseti Marques (ABI)
Marcelo Veiga (SRJ/MJ)
Pedro Paulo Guerra de Medeiros (OAB)
Luiz Henrique Cascelli de Azevedo (CD)
Lélio Bentes Corrêa (CNJ)
Carlos Augusto Alcântara Machado (CA)
Jolúzia Batista (CFEMEA – Movimentos Sociais)
Jovita José Rosa (IFC – Movimentos Sociais)
Rui P. Gomes (MADEB – Movimentos Sociais)

COORDENAÇÃO-GERAL

Orlando Rochadel Moreira
Conselheiro e Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico

Anderson Viana Souza
Promotor de Justiça e membro auxiliar do CNMP



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Saiba mais: www.cnmp.mp.br